

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO  
FEDERAL  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador



Ano 2020



# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável

  
**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador

  
**Atena**  
Editora  
Ano 2020

  
**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

  
**CNPq**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Palsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Eduardo do Nascimento

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |   |
|---|---|
| R314  | Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.<br><br>Formato: PDF<br>Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader<br>Modo de acesso: World Wide Web<br>Inclui bibliografia<br>ISBN 978-65-5706-244-9<br>DOI 10.22533/at.ed.449200308<br><br>1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.<br>2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.<br>CDD 370.981 |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |   |

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

### CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte cunho de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

## PREFÁCIO

**Márcia Janete Espig**  
(UFPel/Pelotas)

**Márcia Elisabete Schüler**  
(IFC/Videira)

### O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO   |           |
| Eduardo do Nascimento   |           |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003081   |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>9</b>  |
| MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS                             |           |
| Márcia Janete Espig   |           |
| Gerson Witte  |           |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003082   |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>21</b> |
| A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)         |           |
| Flávia Paula Darossi  |           |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003083   |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>34</b> |
| CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO  |           |
| Cleber Duarte Coelho  |           |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003084   |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>49</b> |
| A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR  |           |
| Andrea Alves Cavalet  |           |
| Hillevi Maribel Haymussi  |           |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003085   |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>59</b> |
| DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA                                     |           |
| Diane Daniela Gemelli   |           |
| Silas Rafael da Fonseca   |           |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003086   |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>69</b> |
| DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS   |           |
| Cristhiane Martins Lima Kreusch   |           |
| Renata Marafon  |           |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003087   |           |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>81</b> |
| A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO |           |
| Marcia Garbin   |           |
| Mariana Di Domenico   |           |
| Bianca De Bortoli   |           |
| Amanda Zago   |           |
| Juliana Aparecida Biasi   |           |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003088   |           |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>91</b>  |
| COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982) |            |
| Fernando Henrique de Almeida  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4492003089</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>102</b> |
| MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO  |            |
| Gerson Luiz Buczenko  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030810</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>109</b> |
| EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC  |            |
| Cleber José Bosetti   |            |
| Zilma Isabel Peixer   |            |
| Juliana Golin Krammes   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030811</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>119</b> |
| PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!   |            |
| Viviani Poyer   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030812</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>130</b> |
| A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)  |            |
| Flávia Rhafaela Pereira   |            |
| Silvio dos Santos   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030813</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>142</b> |
| SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA   |            |
| William Gustavo Sganzerla   |            |
| Ana Letícia Andrade Ferreira  |            |
| Cleonice Gonçalves da Rosa  |            |
| Ana Paula de Lima Veeck   |            |
| Michael Ramos Nunes   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030814</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....  | <b>156</b> |
| ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)          |            |
| Gabriel Carvalho Kunrath  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030815</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....  | <b>166</b> |
| NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR   |            |
| João Felipe Alves de Morais   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030816</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>176</b> |
| TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA |            |
| David Ferreira Severo  |            |
| Bianca Gonçalves Sousa de Moraes   |            |
| Diogo Moreno Pereira Carvalho  |            |
| Marta Ferreira da Silva Severo   |            |
| Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030817</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>189</b> |
| GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)     |            |
| Delmir José Valentini  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030818</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>213</b> |
| A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)                   |            |
| Michel Felipe Moraes Mesalira  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030819</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>225</b> |
| O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE                                    |            |
| Tatiana Bruna Fabian   |            |
| Tulainy Parisotto  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030820</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>236</b> |
| O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR  |            |
| Alcimara Aparecida Föetsch   |            |
| Mário Sérgio Deina   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030821</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....   | <b>252</b> |
| A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE                             |            |
| Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.44920030822</b>  |            |
| <b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....   | <b>262</b> |

## TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

**David Ferreira Severo**  
(IFPR/Palmas)

**Bianca Gonçalves Sousa de Moraes**  
(IFSC/Caçador)

**Diogo Moreno Pereira Carvalho**  
(IFSC/Caçador)

**Marta Ferreira da Silva Severo**  
(IFPR/Palmas)

**Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento**  
(IFSC/Caçador)

**RESUMO:** O foco deste texto reside na valorização do lúdico, por meio da utilização de jogo didático, no processo de ensino-aprendizagem. Especificamente, dedica-se a apresentar a produção e utilização de um jogo para aprendizagem de ortografia, refletindo sobre a viabilidade do mesmo. O respaldo teórico em diversos autores (MORAN, 2000; MORATONI, 2011; PRESNKY, 2012; ALMEIDA e FREITAS, 2015; ALVES e COUTINHO, 2016) explicita a importância da utilização de jogos no processo educativo. Em termos metodológicos, a elaboração do jogo se deu de forma interdisciplinar, uma vez que articulou conhecimentos de Língua portuguesa com outros da área da Informática. Isso porque, a produção do jogo ocorreu no contexto institucional do IFSC, no qual existem um curso técnico integrado em informática e uma graduação de Sistemas de informação. Foi possível constatar que os estudantes se

engajam mais no estudo da ortografia quando o fazem por meio da utilização do jogo. Por meio desse trabalho é reforçada a compreensão de que os jogos contribuem para o desenvolvimento da criatividade, senso crítico, participação, competição sadia e do resgate do prazer em aprender.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jogo educativo. Ensino lúdico. Ortografia. Ensino de Língua Portuguesa.

### 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Focalizando nos benefícios proporcionados pela utilização de estratégias de aprendizagem lúdicas, o texto se volta a apresentar um jogo didático que foi produzido no contexto institucional do IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina). Tal jogo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido dentro da instituição intitulado “Produção de jogo educativo para aprendizagem de língua portuguesa”. Sua produção se deu de forma interdisciplinar, uma vez que articulou conhecimentos da linguagem com outros relativos à área de informática para, por exemplo, estruturar o design gráfico do jogo.

O jogo confeccionado representa um material educativo dedicado à facilitação de aprendizagem de conteúdos gramaticais e ortográficos. A partir disso, esse trabalho produz reflexões e resultados que reforçam a importância da utilização desse tipo de

ferramenta didática para facilitar o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, com possibilidade de inspirar trabalhos semelhantes para outros componentes curriculares do ensino básico.

Inicialmente, apresentamos respaldos teóricos que contribuem para a compreensão e defesa da utilização de jogos didáticos no processo educativo. Também dedicamos espaço nesse texto para ressaltar a importância da aprendizagem de conhecimentos gramaticais e ortográficos para a formação integral dos estudantes, bem como dificuldades inerentes ao ensino desses conhecimentos. Seguimos, apresentando aspectos metodológicos relativos à produção do jogo. Por fim, trazemos resultados dessa produção didática e de sua utilização, somando esforços na defesa de um ensino que valorize a participação ativa dos estudantes, a qual pode ser grandemente favorecida pela utilização de materiais didáticos lúdicos, como os jogos educativos.

## 2 | A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ORTOGRAFIA NA ESCOLA

O pleno domínio da língua, em sua modalidade oral e escrita, é fundamental, pois é, por meio da linguagem, que nos comunicamos, recebemos e emitimos informações, nos expressamos, defendemos pontos de vista, compartilhamos visões de mundo e produzimos conhecimentos. Isso pressupõe, naturalmente, que falar, ler, contextualizar e escrever são competências básicas para o exercício da cidadania e para a participação social efetiva, por proporcionar que as pessoas resolvam inúmeras situações, em diferentes circunstâncias sociais. Deste modo, a escola se apresenta como um ambiente específico e de natureza laboratorial, para o desenvolvimento dessas habilidades.

Nos últimos anos temos visto os desdobramentos dos estudos linguísticos, notadamente, com o advento da Linguística Textual (FÁVERO e KOCH, 1983; MARCUSCHI, 1983), que têm direcionado o ensino de linguagem nas escolas, colocando o texto como eixo de aprendizagem por meio da leitura, escrita, oralidade e análise linguística. É por meio de textos que nos comunicamos e, por essa razão, não fazia muito sentido o mero estudo tradicional da sílaba, da palavra e da frase, isoladas de seu contexto de uso da língua.

É, por esta razão, que o Parâmetro Curricular Nacional de língua portuguesa explicita o compromisso de a escola garantir a todos os estudantes o acesso a esses saberes imprescindíveis para o exercício da cidadania (BRASIL, 1997). Contudo, conforme Geisa Veloso, “para usar adequadamente a língua oral e escrita, ajustando os discursos aos diferentes interlocutores e às diferentes situações de interlocução, é importante que se aprendam as convenções da norma culta de língua” (2013, p. 69). Nessa mesma perspectiva, Possenti (1997) defende a responsabilidade da escola ensinar a língua formal, porque a aprendizagem de conteúdos gramaticais possibilita ao aluno alcançar maior qualidade ao uso da linguagem tanto dentro, quanto fora do ambiente escolar.

Apesar das críticas que o ensino de nomenclatura gramatical tem recebido nos últimos anos (GERALDI, 1984; ANTUNES, 2003; 2007), concordamos com Veloso (2013),

Possenti (1996) e o PCN (BRASIL, 1997) por compreender o papel dos conhecimentos gramaticais no processo de interlocução dos sujeitos, entendendo a gramática no estudo da estrutura dos textos. Nesse contexto, a ortografia deve se constituir como objeto de ensino na escola, já que é elemento importante que serve para organizar as ideias e facilitar o manejo com a leitura e a escrita nas diversas esferas sociais.

Como usuário da língua, talvez o leitor já tenha pensado que seria mais fácil desconsiderar as normas da ortografia e escrever do jeito como pronunciamos as palavras. Esse tipo de observação é perceptível no uso da língua em ambientes virtuais, como nas redes sociais pela internet. Contudo se assim fosse feito, viveríamos na verdade um caos linguístico e provavelmente não conseguiríamos nos entender por meio da leitura e da escrita de textos nessa perspectiva. Isso porque o sistema ortográfico da nossa língua é, por um lado, essencialmente etimológico, mas, por outro lado, é também fonético, por isso apresenta as regulares e irregulares inerentes ao processo de grafar os vocábulos.

Vamos a um exemplo prático, imagine-se que um determinado usuário da língua precise destacar em sua comunicação que está em processo de crescimento em sua carreira e devido a isso, deseja escrever a palavra: *A??EN??ÃO*. Como grafá-la corretamente? Hipoteticamente temos várias possibilidades: a) ascensão; b) ascenção; c) ascenssão; d) acensão; e) acensção; f) acenssão; g) assensão; h) assenção, e tantas outras variáveis quantas a criatividade puder imaginar. Mas se o leitor fizer um esforço mental e lembrar que a palavra sugerida deriva para “ascensorista” que, segundo o dicionário Aurélio é a “pessoa encarregada de manobrar um ascensor ou elevador; ascensorista de elevador” (FERREIRA, 1999, p. 65), logo perceberá que está correta apenas a opção a: ascensão.

Sabemos muito bem que o som pode ser representado de várias maneiras, e é por isso que surgem as dúvidas. A natureza fonética desse problema leva-nos, por exemplo, a escrever “atenção” e “ascensão”, com grafemas finais diferentes. Diante disso há três soluções possíveis para diluir lapsos ortográficos: uma é conhecer algumas regras regulares que funcionam e eliminam dúvidas; outra é a memorização dos casos que não seguem determinado padrão, seguem a origem etimológica, por isso é preciso se habituar a ler, uma vez que a leitura ajuda na memória virtual para escrever a palavra corretamente; há ainda a opção de consulta ao dicionário nos casos mais específicos. Nesta perspectiva, em se tratando do ambiente escolar, justifica-se a importância de estudar sistematicamente a ortografia, no nível da palavra.

## 2.1 A Ortografia como objeto de ensino na educação básica

A palavra ortografia remonta o prefixo grego “ortho” (direito, reto, exato) e “graphos” (designa a ação de escrever), portanto, ortografia seria escrever correto, direito, ou seja, grafar corretamente as palavras (MORAIS, 1998). Está claro que escrever corretamente as palavras não é tarefa fácil e perdura por toda a vida escolar e, até mesmo fora dela, pois inclusive pessoas acostumadas ao ofício da escrita, por vezes, têm alguma dúvida na maneira como se escreve aquela ou esta palavra. Para Morais (1998, p. 26):

No dia a dia, os erros de ortografia funcionam como uma fonte de censura e de discriminação, tanto na escola como fora dela. No interior da escola, a questão se torna extremamente grave, porque a competência textual do aluno é confundida com seu rendimento ortográfico: deixando-se impressionar pelos erros que o aprendiz comete, muitos professores ignoram avanços que ele apresenta em sua capacidade de compor textos. Essa lamentável distorção tem suas consequências. Todos conhecemos pessoas que, mesmo depois de muitos anos de escolaridade, se sentem constrangidas quando têm de escrever, quando precisam redigir seus próprios textos, porque têm 'medo de errar'.

Já vimos, anteriormente, que escrever as palavras da forma como pronunciamos seria muito difícil, porque cada sujeito incorreria na necessidade de grafar os vocábulos a seu bel-prazer. Além disso, conforme Morais escreveu em outro trabalho, “se insistíssemos em ‘varrer’ a história para simplificar a ortografia do português, tendo por meta um ideal fonográfico, nos depararíamos com um grande problema: qual forma de pronunciar tomaríamos como modelo?” (MORAIS, 2000, p. 12). Com isso, ocorreria o equívoco da palavra perder a sua identidade, em virtude da variedade linguística dos falantes, ou a impossibilidade de se conseguir escolher um modelo de sistematização ortográfica.

No caso da língua portuguesa, segundo Morais (2000), temos o problema do estudo da ortografia, resultado da regularidade e da irregularidade que essa instrução nos oferece. Já foi visto, por exemplo, a dificuldade em escrever a palavra “ascensão”, pois não há uma lógica interna à língua que sustente a regra de uso desse vocábulo. Apesar disso, segundo o autor, muitas palavras podem ser agrupadas conforme uma regularidade contextual ou gramatical. Em palavras como “campo” e “também”, é possível definir que o M será sempre usado diante de P/B, enquanto que diante de outra consoante se usa o N (consumo, tenda, tentar etc). Essa compreensão é de natureza contextual. Já a natureza gramatical pode ser exemplificada por meio das palavras “história” e “ciências”, as quais são acentuadas por serem paroxítonas terminadas em ditongo. Isso significa dizer que a percepção do contexto ou da natureza gramatical produz princípios classificatórios capazes de serem aplicados a outras palavras da língua portuguesa. Com isso,

para aprender a ortografia, o aluno deve apropriar-se de formas de escrita regulares e irregulares e gerar a escrita correta das palavras. E cabe ao professor acompanhar esse processo, realizando atividades que auxiliem a criança na compreensão das convenções gráficas. É tarefa da escola levar o aluno a perceber as regularidades (em que o conhecimento de uma regra permite antecipar como a palavra deve ser escrita, até mesmo sem conhecê-la) e as irregularidades (casos em que a escrita não segue qualquer princípio explicativo) (VELOSO, 2013, p. 76).

Nesse ínterim, há a preocupação constante dos professores na tentativa de colaborar com a aprendizagem da ortografia, seja pelo treinamento constante na escrita correta das palavras ou na leitura de variados gêneros textuais, na certeza de que quanto mais se lê, mais se aprende. Essas práticas, segundo Leal e Roazzi (2000), sugerem falsas crenças de que o exercício de repetir é a melhor maneira para memorização ou a de que a simples

exposição do estudante ao texto escrito, garante-lhe a assimilação das regras. Somam-se a essas, outras possíveis práticas equivocadas expostas no PCN de língua portuguesa: “Infelizmente, a ortografia ainda vem sendo tratada, na maioria das escolas do ensino fundamental, por meio de atividades de identificação, correção de palavra errada, seguidas de cópia e de enfadonhos exercícios de preenchimento de lacunas” (BRASIL, 1997, p. 85), seguindo um certo rito popularizado no ensino tradicional, em que se diz: “aprende-se pelos dedos”, referindo-se ao ato de copiar e repetir a fim de propiciar memorização, e talvez, aprendizado do conteúdo.

Sem polemizar as críticas feitas por Leal e Roazzi (2000) e pelo PCN (1997), acreditamos que todas as sugestões didáticas são válidas e, juntas, concorrem para o aprendizado do estudante da educação básica. Contudo, não dá para esconder que os problemas ortográficos perseguem os estudantes do ensino básico ao nível superior e que as estratégias tradicionais de ensino pouco resultado tem feito ao longo da vida escolar, pois, na maioria das vezes, toma o sujeito da aprendizagem como mero reproduzidor do conhecimento, um indivíduo passivo que não interage com os conteúdos. Eles seriam, na visão de Paulo Freire, objeto da educação bancária. Desse modo, o ensino

se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem (FREIRE, 1968, p. 82).

Não se trata apenas de uma crítica ao currículo formal, mas a uma tendência de ensino inflexível focado na figura do professor e no conteúdo transmitido, como se os conceitos escolares tivessem um fim em si mesmo. Por isso, acreditamos que a melhor estratégia que favoreça ao ensino e à aprendizagem seja aquela em que o estudante tenha uma atitude ativa diante do objeto do conhecimento.

Nesta perspectiva, acreditamos que a aproximação entre ensino e jogos possibilita a aprendizagem significativa, uma vez que esses recursos mais tecnológicos e interativos já fazem parte do cotidiano escolar dos jovens (SEVERO *et al*, 2019). Muitas vezes, em sala de aula, o estudante considera mais interessante ficar conectado ao celular a prestar atenção à aula. Muitos estudantes ficam horas a fio no intervalo das aulas, ou mesmo em sala, se divertindo com jogos de cartas (o truco, só para ficar em um exemplo). Mas, então, por que o professor não se apropria desses objetos lúdicos que os alunos gostam tanto de usar para explorar o seu potencial pedagógico?

### 3 | PROPOSTA METODOLÓGICA: OS JOGOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Na seção anterior, discutimos a importância do ensino de gramática na escola, exemplificando isso por meio do estudo da ortografia. Reconhecemos as dificuldades encontradas em aprender a ortografia com exercícios e técnicas tradicionais que são usadas na maioria das vezes, por isso sugerimos que uma prática eficiente pode ser aquela em que o estudante se posicione ativamente diante do objeto do conhecimento por meio de jogos de aprendizagem.

Realmente esse ponto de vista é defendido por vários especialistas que têm destacado a importância de inserir jogos no processo de ensino-aprendizagem, já que esses recursos estão cada vez mais vinculados aos diversos contextos de vida dos jovens (MORAN, 2000; MORATONI, 2011; ALMEIDA e FREITAS, 2015). É movido pelo interesse crescente da relação entre a tecnologia de jogo educativo e o ensino, que apresentaremos uma proposta de jogo analógico de tabuleiro, uma vez que os jogos podem motivar e promover uma aprendizagem mais significativa (ALVES e COUTINHO, 2016; PRESNKY, 2012; SEVERO e ANTÔNIO PAULO, 2019).

Metodologicamente, um trabalho que envolva a criação/produção de um jogo educativo envolve, naturalmente, a confluência de vários procedimentos e métodos. Pela própria natureza da pesquisa científica, ela é bibliográfica porque se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc. A realização da pesquisa bibliográfica é fundamental para que se conheça e analise as principais contribuições teóricas sobre um determinado tema ou assunto (LAKATOS, 2014).

No nosso caso, é preciso aprofundar tanto a natureza da complexidade da ortografia de língua portuguesa, quanto do próprio desenvolvimento técnico de engenharia de informática e design de jogo. Por essa razão, o trabalho também é de natureza exploratória porque pressupõe a construção de um suporte de jogo, por isso a interdisciplinaridade com a área de informática se faz necessária.

Seguimos então a sugestão metodológica proposta por Amante e Morgado (2001), as quais definem a construção de um Objeto Virtual de Aprendizagem (OVA) a partir de quatro etapas, sendo elas, (1) a concepção do projeto, ou seja, definição, delimitação do conteúdo que será elaborado; (2) o planejamento, momento no qual buscam-se os aportes teóricos, além de sua estruturação; (3) a implementação, com a construção do objeto em si; e, (4) a validação, com a aplicação do OVA em cursos de extensão, aulas da graduação, entre outros.

Na prática, o desenvolvimento do projeto ocorreu em três etapas distintas, que se complementaram no momento da configuração do tabuleiro com a participação de bolsistas de curso técnico de Informática e da graduação de Sistemas de informação. Em um primeiro momento, ocorreu a discussão de planejamento para a criação do programa em si, utilizando um software livre, na estruturação do template desejado; em seguida, foi preciso

alimentar um programa com um banco de dados, contendo a relação das perguntas das cartas do tabuleiro, com suas respectivas regras gramaticais para que o jogo funcionasse da maneira planejada. E, na última etapa, sucedeu a necessidade de cuidar do design gráfico, ou seja, da parte estética e visual do jogo, do desenho, de modo a garantir beleza entre a imagem aliada ao texto.

Concluída essa etapa, testamos o jogo algumas vezes para verificar a sua funcionalidade, tanto em turmas de nível médio, quando de nível superior e o resultado satisfatório é o que apresentaremos a seguir.

#### **4 | O JOGO EDUCATIVO “TABULEIRO DA ORTOGRAFIA”**

O interesse em desenvolver um jogo educativo analógico para a aprendizagem de conteúdos escolares nasceu da experiência prática, tanto de sala de aula, na educação básica e na educação superior, quanto em cursos de extensão, na observação da dificuldade dos estudantes em lidar com os desafios da gramática de língua portuguesa, notadamente quanto ao uso da ortografia. Estes estudantes estão inseridos no universo de cursos ministrados pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC, câmpus Caçador), seja com alunos internos, seja nas escolas públicas estaduais do município de Caçador/Santa Catarina, em atividades de extensão desenvolvidas em 2018 e 2019.

Em trabalho publicado recentemente (SEVERO *et al*, 2019), descrevemos os resultados de uma pesquisa em que se investigou a motivação e percepção dos estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Caçador, no uso de jogos com o objetivo de aprendizagem. O texto foi fruto de uma pesquisa aplicada no referido câmpus por meio de um questionário aplicado a cerca de 245 respondentes que buscou identificar o interesse dos alunos por jogos digitais ou analógicos, aprofundando para a experiência e crença que os investigados tinham da aplicação daqueles para fins de aprendizagem.

Os resultados obtidos na pesquisa apontaram positivamente para a relação investigada, justificando a inserção de jogos de natureza diversa no ambiente escolar: percebemos que 85,9% dos respondentes afirmaram jogar com frequência. Em outra pergunta, os que responderam positivamente foram questionados se o jogo que praticavam era eletrônico ou não, podendo ser escolhida as duas alternativas, e encontramos que 86,7% dos respondentes citaram os jogos eletrônicos e 53,9% apontaram os não eletrônicos. Afirmaram também sobre o uso de jogos diversos por partes de seus professores, sendo a disciplina de língua portuguesa a que mais utilizava esse expediente em aula.

Outro dado interessante a observar foi que, quando perguntados se foi possível aprender com os jogos aplicados, 98,8% dos respondentes, ou seja, 241 do total, responderam que sim, foi possível aprender com os jogos aplicados em sala de aula (SEVERO *et al*, 2019, p. 7-9). Essa resposta é interessante, pois mostra o potencial que os jogos digitais ou analógicos têm em relação à aprendizagem.

A utilização de jogos na educação é um dos recursos que possibilita a mediação do aluno com o conhecimento. Por meio deles, o aluno tem acesso ao conhecimento de forma mais prazerosa e lúdica. O professor, agente de promoção do ensino e aprendizagem do aluno, deve manter em sua prática a utilização dos jogos como parte do seu trabalho pedagógico na sala de aula. Assim eles desempenham o contato com o mundo da imaginação e no estabelecimento da autonomia e formação de valores dos estudantes (SEVERO *et al*, 2019, p. 5).

Além dessa evidência interna, com estudantes da própria instituição, realizamos em 2018 uma extensão em uma escola pública no município de Caçador/SC, com estudantes do ensino médio. Foram ministradas oficinas de gramática com o conteúdo da ortografia, mediadas por jogos digitais e analógicos. O relato dessa experiência exitosa foi publicado posteriormente (SEVERO e ANTÔNIO PAULO; 2019) e procurou apresentar a necessidade de se inserir nas aulas de língua portuguesa jogos educativos com objetivo de aprendizagem, fundamentando essa prática baseada na evidência da extensão.

Nessa publicação, os recursos de jogos de aprendizagem usados como ferramentas pedagógicas foram o Kahoot!, um aplicativo digital de *quiz*, que pôde ser jogado através do celular de cada estudante ou pelos computadores da escola e o Jogo do Hífen (digital). Tais recursos fizeram a mediação necessária para a aprendizagem do conteúdo de gramática sobre a ortografia. Percebemos que os alunos prestavam mais atenção à exposição do conteúdo, porque sabiam que iriam colocar em prática o assunto, por meio dos jogos, o que acirrava a competitividade sadia entre os participantes.

Mais do que isso, o elemento lúdico que os jogos trouxeram dinamizou ainda mais o interesse dos estudantes pelo conteúdo formal. O resultado apontou, então, que a aprendizagem realmente foi significativa, o que demonstra o potencial dos jogos, tanto digital quanto analógico, quando utilizados como ferramentas pedagógicas. Arriscamos mesmo a dizer que os jogos podem ser utilizados em qualquer componente curricular, desde que sejam adequados à realidade de cada público e assunto a ser trabalhado (SEVERO e ANTÔNIO PAULO; 2019, p. 2263).

A apresentação desses trabalhos anteriores balizam a importância de se aperfeiçoar os mecanismos de jogo e o entendimento deste como elemento educativo. Revela a necessidade de diversificar as estratégias didáticas de aprendizagem de conteúdos gramaticais para além da transmissão tradicional por meio de exercícios, preenchimento de fichas, provas e outras formas de avaliação escolar.

Além disso, amadureceu a ideia sempre presente de produzir um jogo próprio que contemplasse as necessidades encontradas no cotidiano da sala de aula. Desse modo, o resultado é o que apresentaremos a seguir: um jogo analógico, o qual denominamos de Tabuleiro da ortografia que contempla variados conteúdos, desde o emprego de palavras e expressões, à acentuação gráfica e o uso do hífen. Esses conteúdos da gramática normativa, na verdade, servem para todas as modalidades de ensino, da educação básica ao nível superior, embora indicamos o jogo de tabuleiro para estudantes a partir do 6º ano do ensino fundamental, os quais têm certa maturidade cognitiva para acompanhar os

conceitos de acentuação das palavras e do uso do hífen, por exemplo.

Contudo fica a critério do professor ou de outra pessoa que deseje interagir com o jogo e adequá-lo à sua realidade, pois é preciso conhecer os conceitos ortográficos para poder participar dele de maneira reflexiva.



Figura 1: As regras do jogo e o Tabuleiro da ortografia

Fonte: material dos autores (2020). Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/folders/1Kv7WnmdU4okUfWfYmzNU\\_RZSqUqn2ulm?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1Kv7WnmdU4okUfWfYmzNU_RZSqUqn2ulm?usp=sharing)>

O jogo acompanha um tabuleiro físico, contendo 60 “casas” que vão da linha de partida até a linha de chegada, cujas cartas do jogo podem ser dispostas no próprio tabuleiro em espaço destinado para tanto. O layout do tabuleiro foi produzido para ser impresso no tamanho de 550X410MM em papel-fotográfico, com baixo custo, ou de placa em PVC, que é um pouco mais caro, porém mais duradouro. Para jogar o tabuleiro, é preciso adquirir dados e peões, já que esses objetos não acompanham a produção do mesmo.

Acompanhando o tabuleiro, temos um manual de regras que indica as informações básicas de jogabilidade. São instruções do objetivo do jogo, da preparação de como jogar, do valor de cada carta (do bônus de cada acerto e do ônus de cada erro), da sugestão de tempo estimado para cada jogador (ou equipe) responder às questões e, por último, uma orientação de como se consagra o vencedor do jogo, a depender da situação em que o jogo ocorrer, se em casa ou em sala de aula. Isso porque, uma equipe ganha a partida quando entra na linha de chegada primeiro ou se estiver mais à frente no tabuleiro, no momento em que acabar o tempo, em uma partida que foi imposta um tempo limite de duração.

Antes de passarmos para a descrição das cartas do jogo, é preciso dizer que há de se construir também algum suporte (tipo uma caixa) para depositar os objetos do jogo, como dado, peões, cartas, manual de regras, pois o nosso objetivo foi o de produzir o jogo em si e disponibilizá-lo para o público em geral, sem custos, por meio do link já indicado na nota de rodapé.



Figura 2: Algumas cartas do jogo de Tabuleiro da ortografia

Fonte: material dos autores (2020). Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/folders/1Kv7WnmdU4okUfWfYmzNU\\_RZSqUqn2ulm?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1Kv7WnmdU4okUfWfYmzNU_RZSqUqn2ulm?usp=sharing)>

As cartas do jogo versam sobre conteúdos variados da ortografia, mas que, por orientação didática, é preciso explicá-las. As cartas azuis referem-se ao conteúdo da acentuação gráfica, por isso, para dar conta de respondê-las corretamente, o estudante precisa estudar as regras de acentuação de palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; as cartas vermelhas exigem o conhecimento do uso do hífen (esses tópicos estão de acordo com a nova ortografia); já as cartas amarelas (excluída da figura 2 por questão de delimitação de espaço apenas) abordam assuntos relacionados ao emprego de palavras e expressões sobre as dúvidas frequentes que acompanham todo usuário da língua durante a sua vida, por exemplo, o uso dos “porquê”, do “mal/mau”, do “onde/aonde”, “há/a”, dos homônimos e parônimos (descrição/discrissão etc), dentre outras questões do conteúdo de ortografia da gramática normativa.

Há ainda outros dois tipos de cartas, chamadas de cartas “bônus”, as cartas com a figura da boca aberta, nas quais é preciso soletrar e têm um nível médio e difícil de palavras da língua portuguesa (por exemplo: exceção, suscitar, dissentir, canalizar, fusível, dentre outras). O último tipo de cartas é a do símbolo com interrogações, às quais denominamos de “charada” e foram inspiradas e adaptadas de perguntas quadro o Jogo das 3 pistas do Programa do Sílvio Santos. Essas cartas de charada não têm a ver com a ortografia, mas foram inseridas no jogo porque desautomatizam a expectativa enfadonha de só conter questões gramaticais e, por isso mesmo, proporcionam mais dinamismo ao jogo. O tamanho de todas as cartas são de 4cm x 6cm, conforme a diagramação que consta no tabuleiro.

A experiência de teste que foi realizada após a conclusão do jogo nos mostra alguns limites e possibilidades. A orientação é a de que o jogo não seja o objeto de aprendizagem em si mesmo, mas a mediação necessária para o estudo da ortografia, que é o mais importante, por isso o professor precisa apresentar o conteúdo paulatinamente, em sala de aula, e acompanhar a aprendizagem dos estudantes. Ao todo são cerca de 180 cartas que compõem o tabuleiro da ortografia, divididas igualmente entre as tipologias descritas

nos parágrafos anteriores, o que dá, em média, a possibilidade de jogar três a quatro vezes com a mesma turma, em partidas que demoram cerca de 40 minutos de tempo de jogo. Desse modo, é preciso compreender que o jogo não é de entretenimento (no sentido comercial do termo) e provavelmente não atrairá a atenção dos alunos por muito tempo, por isso reforçamos a tese de que o mais importante é o ensino da ortografia, que pode ser feito por meio de diversas estratégias, sendo o tabuleiro apenas mais uma delas.

À medida que as dinâmicas de utilização do tabuleiro foram se realizando, foi possível constatar diversos benefícios à aprendizagem. Em consonância com o pensamento de Moratori (2003), consideramos importante utilizar jogos didáticos no ensino, porque eles auxiliam em vários aspectos: na fixação de conceitos já aprendidos de uma forma motivadora para o estudante; na introdução e desenvolvimento de conceitos de difícil compreensão; no desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas (desafio dos jogos); no aprender a tomar decisões e saber avaliá-las; propicia o relacionamento de diferentes disciplinas (interdisciplinaridade); participação ativa do estudante na construção do seu próprio conhecimento e socialização entre estudantes e a conscientização do trabalho em equipe. Além disso, os jogos ainda podem contribuir para o desenvolvimento da criatividade, de senso crítico, da participação, da competição sadia, da observação, das várias formas de uso da linguagem e do resgate do prazer em aprender.

A utilização do jogo “Tabuleiro da ortografia” tem possibilitado a percepção de que os estudantes se engajam mais no estudo da ortografia quando eles sabem previamente que a interação educativa envolverá o trabalho com o jogo. É comum eles consultarem o assunto da gramática com antecedência para assimilarem as regras a fim de participar do jogo, provavelmente por causa da atmosfera de competição que o momento provoca.

Com Freire (1996) entendemos que um educador progressista deve se preocupar com uma prática educativa na qual o educando seja desafiado, sendo essa uma das condições que colabora para formação de sua autonomia discente. Assim, por meio da produção e uso do jogo é reforçada a importância de práticas educativas que invistam em alternativas lúdicas para aprendizagem, instigando maior interesse, participação e postura ativa dos discentes, os quais se sentem desafiados nesse processo de construção de conhecimento.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jogos educativos com objetivo de ensino-aprendizagem vem se tornando ferramentas lúdicas importantes enquanto estratégias de motivação e engajamento dos estudantes frente a conteúdos complexos. Como foi demonstrado, a ortografia pertence ao universo dos conteúdos complexos gramaticais de língua portuguesa, pois há muitas regras tanto regulares, mas principalmente, irregulares que dificultam a assimilação do assunto.

Há várias formas de planificar atividades que contemplem ensinar a ortografia na escola e a maioria delas lançam mão da exposição do conteúdo por parte do professor, com posterior aplicação prática de exercício de fixação ou com o auxílio do livro didático,

dentre outras estratégias. Poucas vezes, contudo, o professor dispõe de uma metodologia que tome o jogo como objeto mediador da aprendizagem. Nessa perspectiva, o presente trabalho procurou oferecer outra possibilidade, preenchendo essa lacuna existente no cotidiano escolar.

Ao longo desta pesquisa foi possível observar o quanto essa estratégia promove uma postura ativa do alunado no qual os elementos constitutivos do jogo propiciam prazer, entretenimento, autonomia de decisão, conexões pessoais/interação, desafios e por fim, um ambiente facilitador do conteúdo, possibilitando um aprendizado significativo.

Podemos afirmar que a criação do Tabuleiro da ortografia visa atender a uma demanda educativa na qual formas criativas de apresentação do conteúdo possam engajar o estudante na aprendizagem deste conteúdo. Desta forma, através da disponibilização gratuita no drive citado anteriormente, visamos trazer ao cenário educacional brasileiro novas contribuições aos estudos de métodos de aprendizagem em língua portuguesa.

## 6 | AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem especialmente aos bolsistas Keven Santos de Carvalho, Vinicius Bortolini, Sandra Maria das Neves, Carolina Martins Gonçalves e Kevelin Martins Gonçalves.

## REFERÊNCIAS

ALVEZ, L.; COUTINHO, I. de J. (Org.) **Jogos digitais e aprendizagem**. São Paulo: Papyrus, 2016.

AMANTE, L.; MORGADO, L. Metodologia de Concepção e Desenvolvimento de Aplicações Educativas: o caso dos materiais hipermedia. In: Revista Discursos: **língua, cultura e sociedade**. Portugal, v. 3, n. especial, p. 27-44.

ANTUNES, I. **Aula de português** - encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL/MEC. **Parâmetros curriculares nacionais** - língua portuguesa. Brasília: Mec/Secretaria de Ensino Fundamental, 1997.

FÁVERO, L. L. & I. G. V. KOCH. **Linguística textual**: Introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 1968.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

GERALDI, João W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1984.

LEAL, T. F. e Roazzi, A. A criança pensa... e aprende ortografia. In: MORAIS, Artur Gomes de (org). **O aprendizado da ortografia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 99-120.

MARCUSCHI, Luiz. A. **Linguística de Texto**: o que é e como se faz. Recife: UFPE, 1983.

MORAIS, A. G. **Ortografia**: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. de. Ortografia: esse peculiar objeto de conhecimento. In: MORAIS, Artur Gomes de (org). **O aprendizado da ortografia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-20.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papyrus, 2000.

MORATORI, P. B. **Por Que Utilizar Jogos Educativos no Processo de Ensino**

**Aprendizagem?** Disponível em: <<http://www.nce.ufrj.br/ginape/publicacoes/trabalhos/PatrickMaterial/TrabfinalPatrick2003.pdf>>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

PRESNKY, M. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. São Paulo: SENAC, 2012.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas-SP: ALB, Mercado das Letras, 2001.

SEVERO, D. et al. Desafios e possibilidades com jogos de aprendizagem na educação profissional. **Revista Tecnologias na Educação**, Araranguá/SC, Ano 11 - Número/Vol. 19, Agosto/2019. p. 2-10. Disponível em: <<https://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2019/08/Art2-Ano-11-vol29-Agosto-2019.pdf>>. Acesso em: 06/11/2019.

SEVERO, D., ANTÔNIO PAULO, M. Oficinas de gramática sobre a nova ortografia por meio de jogos educativos. in: II Congresso Internacional de Ensino - CONIEN, UENP, 2019, Cornélio Procópio. **Anais eletrônicos...** II Congresso internacional de ensino, UENP, 2019, Cornélio Procópio, 08 a 10 de maio de 2019. Disponível em: <http://eventos.uenp.edu.br/conien/wp-content/uploads/2017/04/10.-TecnologiasMidiaEnsino.pdf>. Acesso em: 11 junho de 2020.

VELOSO, G. M. **Fundamentos e metodologia de língua portuguesa I**. Belo Horizonte: Editora Unimontes, 2015.

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 